



POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
OITAVA REGIÃO DA POLÍCIA MILITAR
ESTADO-MAIOR DA OITAVA REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA COMPRA DE BENS

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE	Nº UNIDADE DE COMPRAS
20/05/2026	PMMG	1253826

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: 1º Ten PM Priscila Valentim Dias Email: pri.valentim1985@gmail.com 8rpm-compras@pmmg.mg.gov.br	Seção de Compras EM/8RPM

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência objetiva a aquisição de materiais diversos (aparelhos de ar condicionado, TV's, mobiliário para escritório, mobiliário e eletrodomésticos para cozinha, beliche, bebedouro, colchão e cofre) para atender Unidades diversas da 8ª Região da Polícia Militar, conforme especificadas no Memorando Nº 600101.3/2026 – EPPM, sob a forma de entrega integral e em observação às especificações da tabela abaixo, bem como as demais condições estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1: APARELHO DE AR CONDICIONADO					
ITEM	CÓDIGO DO ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1909126	12 Unidades	AR CONDICIONADO SPLIT - MODELO: HIGHWALL (DE PAREDE); TECNOLOGIA: INVERTER; CICLO: FRIO; CAPACIDADE TERMICA: 12.000 BTUS/H; NUMERO DE VELOCIDADES: MINIMO 3 VELOCIDADES; MODO DE OPERACAO: REFRIGERACAO E VENTILACAO; FUNCAO ESPECIAL: TEMPORIZADOR + TIMER + SWING; FILTRAGEM DE AR: FILTRO ANTIBACTERIAS, FUNGOS E ACAROS; VOLTAGEM/FREQUENCIA: 127V/60HZ; CLASSIFICACAO ENERGETICA: CLASSE A; FLUIDO REFRIGERANTE: GAS ECOLOGICO R-410A; CONTROLE REMOTO: SEM FIO COM DISPLAY DE AJUSTE DE	R\$ 3.398,7766	R\$ 40.785,31

			TEMPERATURA; CONDENSADORA: DESCARGA HORIZONTAL; CONTEUDO EXTRA: MANUAL EM PORTUGUES; INSTALACAO: NAO INCLUSA;		
LOTE 2: MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO					
ITEM	CÓDIGO DO ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1742930	11 Unidades	LONGARINA - APLICACAO: SALA DE ESPERA; QUANTIDADE LUGARES: 3 LUGARES; SEM APOIO PARA BRACOS; ; ASSENTO/ENCOSTO: CONCHA UNICA,ESPUMA 45 MM, REVESTIMENTO VINILICO ; ESTRUTURA: ACO SAE 1010/1020; PES: SAPATAS FIXA FRONTAL E SAPATA NIVELADORA TRASEIRA; CONTRA-ASSENTO: CONFORME FABRICANTE; CONTRA-ENCOSTO: CONFORME FABRICANTE;	R\$ 874,28	R\$ 9.617,08
2	1688782	2 Unidades	MESA PARA ESCRITORIO - FINALIDADE: FUNCIONARIO; ESTRUTURA: METALICA; TAMPO: MADEIRA AGLOMERADA REVESTIDA EM MELAMINICO; TAMPA: SEM TAMPA; GAVETEIRO/GAVETA: GAVETEIRO AEREO COM 2 GAVETAS; DIMENSOES: 1600 X 600 X 740MM; Complementação da especificação: MESA LINEAR CONFECCIONADA COM O TAMPO INTEIRO EM FORMATO RETANGULAR, REVESTIDA NAS DUAS FACES COM LAMINADO MELAMINICO NO PADRAO DE COR A DEFINIR, PAINEL FRONTAL CONFECCIONADO COM CHAPAS DE PARTICULAS DE MADEIRA DE EDIA DENSIDADE MDP, 1 GAVETEIRO AEREO COM 2 GAVETAS, SISTEMA DESLIZAMENTO ATRAVES DE CORREDICA METALICA E ROLAMENTO DE ESFERA, CHAVE FRONTAL.	R\$ 745,3333	R\$ 1.490,66
3	2031337	22 Unidades	CADEIRA PARA ESCRITORIO - FINALIDADE: CADEIRA PARA FUNCIONARIO; TIPO: GIRATORIA; ESPALDAR: MEDIO; APOIA-BRACOS: COM APOIO PARA BRACOS; ASSENTO/ENCOSTO: 100% POLIERSTER NA COR PRETA; ESTRUTURA: COMPENSADO ANATOMICO MULTILAMINADO; PES: 5 RODIZIOS (50MM) DE DUPLO GIRO E DUPLO ROLAMENTO; CONTRA-ASSENTO: CAPA DE PROTECAO DE POLIPROPILENO INJETADO; CONTRA-ENCOSTO: CAPA DE PROTECAO DE POLIPROPILENO INJETADO; REGULAGEM: DA ALTURA DO ASSENTO E RECLINO DE ENCOSTO. Complementação da especificação: CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONARIO COM ENCOSTO MEDIO E APOIO DE BRACO COM BRAÇOS REGULAVEIS, ESTRUTURA TUBULAR EM CHAPA DE ACO COM PINTURA ELETROSTATICA NA COR PRETA, MATERIAL DE REVESTIMENTO	R\$ 811,2233	R\$ 17.846,91

			<p>PARA ASSENTO E ENCOSTO 100% POLIESTER NA COR PRETA, COM ESTRUTURA DO ENCOSTO E ASSENTO EM COMPENSADO ANATOMICO MULTILAMINADO, ESTOFADOS COM ESPUMA INJETADA E MOLDADA ANATOMICAMENTE EM POLIURETANO FLEXIVEL LIVRE DE CFC E BORDAS ARREDONDADAS, COM CAPA DE PROTECAO DE POLIPROPILENO INJETADO. BASE GIRATORIA COM ESTRUTURA INJETADA NA COR PRETA EM NYLON 6 - POLIAMIDA - COM 5 HASTES DE ACO APOIADA SOBRE 5 RODIZIOS (DIAMETRO DE 50 MM) DE DUPLO GIRO E DUPLO ROLAMENTO COM BANDAS DE ROLAGEM EM PU NA COR PRETA. MECANISMO COM REGULAGENS DE ALTURA DE ASSENTO E RECLINO DE ENCOSTO POR MEIO DE ALAVANCAS. - CONFORME NORMA ABNT NBR 13962.</p>		
4	1311654	1 Unidade	<p>ESTACAO DE TRABALHO - TIPO: EM L, ASA DELTA, PARA ESCRITORIO; CAPACIDADE: 01 FUNCIONARIO; GAVETEIRO: 01 GAVETEIRO COM 03 GAVETAS; DIVISORIA: SEM DIVISORIA; TAMPO: MADEIRA AGLOMERADA REVESTIDA MELAMINICO; CONEXAO: NAO APLICAVEL; SUPORTE: NAO APLICAVEL; ESTRUTURA: ACO, PINTURA EPOXI; DIMENSOES: 1400MM(COMP) X 1400MM(LARG) X 740MM(ALT).</p> <p>Complementação da especificação: ESTACAO DE TRABALHO PARA 01 PESSOA COMPOSTA POR SUPERFICIE INTEGRADAPERMITINDO O USO ERGONOMICAMENTE CORRETO DO COMPUTADOR,DE FORMATO "L", TIPO ASA DELTA,TAMPO CONTINUO E SINUOSO MEDINDO 1400X1400X740MM(COMP) X LARGXALT), CONFECCIONADO EM AGLOMERADO DE 25MM DE ESPESSURA REVESTIDOEM AMBOS AO LADOS EM LAMINADO MELAMINICO TEXTURIZADO BAIXA PRESSAO NOPADRAO CARVALHO IBIZA COM BORDA EM PVC BOLEADO A 120º, DOTADOS DE 03PASSA CABOS COM DIAMETRO DE 55 MM COM TAMPA REMOVIVEL EM POLIESTIRENOINJETADO DE ALTO IMPACTO; A FIXACAO DA SUPERFICIE AO PAINEL DIVISORIOSE DA ATRAVES DE SUPORTE DE TAMPO CORRENDO EM TODA A EXTENSAO DA SUPERFICIE EM CHAPA DE ACO; PAINEL FRONTAL MEDINDO 1400X400MM CONFECCIONADOEM AGLOMERADO DE 18 MM DE ESPESSURA REVESTIDO EM AMBOS OS LADOS EM LAMINADO MELAMINICO BAIXA PRESSAO NO PADRAO CARVALHO IBIZA COM BORDAS RETAS,EM PVC NA MESMA COR DO LAMINADO COM ESPESSURA DE 2,5MM E ARREDONDAMENTO SUPERIOR E INFERIOR C/</p>	R\$ 924,1983	R\$ 924,19

RAI0 DE 2,5MM,INTEGRADO A CANALETA DE
 FIACAO CHAPA 22,C/ 02 DIVISOES
 INDEPENDENTES PARA PASSAGEM DE CABOS DE
 LOGICA,ELETRICA E TELEFONIA E 02 FUIROS
 PERMITINDO A APLICACAO DE TOMADASNOVO
 PADRAO BRASILEIRO,FIXADOS A SUPERFICIE DE
 TRABALHO;PAINEL FRONTALMEDINDO
 1400X400MM CONFECCIONADO EM
 AGLOMERADO DE 18MM DE ESPESSURA
 REVESTIDO EM AMBOS OS LADOS EM LAMINADO
 MELAMINICO BAIXA PRESSAO NO PADRAO
 CARVALHO IBIZA COM BORDAS RETAS, EM PVC
 NA MESMA COR DO LAMINADOC/ ESPESSURA DE
 2,5MM E ARREDONDAMENTO SUPERIOR E
 INFERIOR COM RAI0 DE2,5MM, INTEGRADO A
 CANALETA DE FIACAO CHAPA 22,COM 02
 DIVISOES INDEPENDENTES P/ PASSAGEM DE
 CABOS DE LOGICA,ELETRICA E TELEFONIA E 02
 FUIROSPERMITINDO A APLICACAO DE TOMADAS
 NOVO PADRAO BRASILEIRO, FIXADOS A
 SUPERFICIE DE TRABALHO;COLUNA DE CANTO
 EM ACO COMPONENTE DE SECAO QUADRADA
 MEDINDO 80X80X690MM; PES EM FORMA DE "L"
 NAS LATERAIS/
 EXTREMIDADESC/COMPONENTES METALICO DE
 SECAO RETANGULAR MEDINDO 150X30X640MM,
 COMPONENTE DE SECAO QUADRADA SUPERIOR
 HORIZONTAL MEDINDO 30X30X480MM E
 COMPONENTE INFERIOR HORIZONTAL
 OBLONGO MEDINDO 50X30X480MM,
 CONFECCIONA DOS EM ACO;GAVETEIRO
 FIXO,COM 03 GAVETAS,MEDINDO
 400X500X340MM,CAIXA, TAMPO E FRENTE
 EXECUTADO EM AGLOMERADO DE 15MM DE
 ESPESSURA, REVESTIDOEM AMBOS OS LADOS EM
 LAMINADO MELAMINICO TEXTURIZADO BAIXA
 PRESSAO NO PADRAO CARVALHO IBIZA,COM
 BORDAS EM PVC EXTRUDADO NA MESMA COR
 DO LAMINADO; 03 GAVETAS COM LATERAIS EM
 ACO, CHAPA 20,CORRENDO EM ROLDANAS
 DENYLON, FECHADURA DE COMANDO UNICO
 ESCAMOTEAVEL, PUXADORES
 EMBUTIDOS;FUNDO DA GAVETA EM TRIPLAC
 COM PARTE SUPERIOR REVESTIDO EM
 MELAMINICOTEXTURIZADO SEGUINDO PADRAO
 DO REVESTIMENTO EXTERNO; PARTES
 METALICASCOM PINTURA FOSFATIZADA,
 PINTADA EM TINTA EPOXI PELO SISTEMA
 ELETROSTATICO, COR CINZA CONCRETO; O ITEM
 DEVE ATENDER A NBR 5875 DE
 PARAFUSOS,PORCAS E ACESSOIOS, A NBR 8855
 DE PROPRIEIDADES MECANICAS DE
 ELEMENTOSDE FIXACAO - PARAFUSOS E
 PRISIONEIROS - ESPECIFICACAO, A NBR 13966
 DEMOVEIS PARA ESCRITORIO-MESAS -

			CLASSIFICACAO E CARACTERISTICAS FISICASE DIMENSIONAIS.		
LOTE 3: MOBILIÁRIO DE COZINHA					
ITEM	CÓDIGO DO ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1918346	2 Unidades	<p>MESA DE USO DOMESTICO - AMBIENTE: COZINHA; ESTRUTURA: ACO CARBONO, PINTADA EM EPOXI; TAMPO: RETANGULAR EM GRANITO; COMPOSICAO: 6 CADEIRAS; DIMENSOES: 77CM(ALT) X140CM(LARG) X 75CM (PROF).</p> <p>Complementação da especificação: MESA DE USO DOMESTICO, CONJUNTO DE MESA COM 6 LUGARES, POSSUI TAMPO RETANGULAR EM GRANITO RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS, BASE DA MESA E CADEIRAS DE ACO CARBONO. MEDIDAS DA MESA (BASE + TAMPO): A: 77 CM L: 140 CM P: 75 CM MEDIDAS DA CADEIRA: A: 95,5 CM L: 44,3 CM P: 40 CM; CADEIRAS REVESTIDAS EM TECIDO COURVIM; CADEIRA SUPORTAM: 100KG, MESA SUPORTA: 100KG; PES COM SAPATAS DE BORRACHA.</p>	R\$ 1.101,58	R\$ 2.203,16
2	1934716	2 Unidades	<p>ARMARIO DE COZINHA - TIPO: PANELEIRO; MATERIA-PRIMA: CHAPA DE ACO COM ESTAMPA EM RELEVO; PORTAS: 06 PORTAS DE ABRIR; PRATELEIRAS: MINIMO 3 PRATELEIRAS; GAVETAS: MINIMO 04 GAVETAS COM PUXADORES; DIMENSOES: MINIMAS 70CM X 30CM X 180CM (L X P X A).</p> <p>Complementação da especificação: PUXADOR EM PLASTICO DE ALTA RESISTENCIA COM ACABAMENTO METALIZADO, COM BASE PARA APOIO NO CHAO.</p>	R\$ 1.068,786	R\$ 2.137,57
LOTE 4: ELETRODOMÉSTICOS PARA COZINHA					
ITEM	CÓDIGO DO ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1611801	1 Unidade	<p>SANDUICHEIRA - MATERIA-PRIMA: ACO INOX; POTENCIA: 700 A 750W; AMPERAGEM: CONFORME FABRICANTE; ALIMENTACAO: 110 V.</p> <p>Complementação da especificação: SANDUICHEIRA ELETRICA COM CHAPAS DUPLAS ANTIADERENTE; FUNCOES GRELHAR E TOSTAR; PESO APROXIMADO 1,9KG; ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUCAO E CERTIFICADO DE GARANTIA.</p>	R\$ 150,6137	R\$ 150,61

2	1894781	1 Unidade	LIQUIDIFICADOR - TIPO: DOMESTICO; POTENCIA: 900 W; VELOCIDADE: 5 VELOCIDADES; CAPACIDADE: 1,75 L; COPO: ACRILICO; OPCIONAIS: TECLA PULSAR; TENSAO: 127 V.	R\$ 169,90	R\$ 169,90
3	1935305	1 Unidade	FRITADEIRA SEM OLEO (AIR FRYER) - MODELO: CONVENCIONAL; CAPACIDADE TOTAL: MINIMO 5 LITROS; POTENCIA: 1500 W; PAINEL: ANALOGICO; TIMER: MINIMO 30 MINUTOS; VOLTAGEM: 110 V.	R\$ 563,0257	R\$ 563,02

LOTE 5: TELEVISÃO SMART

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1950568	3 Unidades	TELEVISAO - TIPO: SMART TV, COM RESOLUCAO 4K; TAMANHO TELA EM POLEGADA: 65 POLEGADAS; TIPO DA TELA: LED; OPCIONAIS: CONTROLE REMOTO; TENSAO: BIVOLT; ACESSORIOS: CABO DE ALIMENTACAO. Complementação da especificação: TELEVISAO COM CONEXOES REDE ETHERNET (LAN), WIFI, USB, HDML.	R\$ 3.842,3577	R\$ 11.527,07
2	1724568	3 Unidades	TELEVISAO - TIPO: SMART TV ULTRA HD 4K; TAMANHO TELA EM POLEGADA: 55; TIPO DA TELA: LED; OPCIONAIS: SEM OPCIONAIS; TENSAO: 110/240 VOLTS; ACESSORIOS: CONTROLE REMOTO.	R\$ 2.783,2812	R\$ 8.349,84
3	1592980	1 Unidade	TELEVISAO - TIPO: SMART TV; TAMANHO TELA EM POLEGADA: 32"; TIPO DA TELA: TELA PLANA/LCD COM TECNOLOGIA LED/WIDESCREEN; OPCIONAIS: CONTROLE REMOTO; TENSAO: BIVOLT; ACESSORIOS: COM BASE / SUPORTE DE MESA. Complementação da especificação: TELEVISOR SMART TV COM CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO; RESOLUCAO HD (1366X768) OU SUPERIOR; POTENCIA DE AUDIO TOTAL MINIMA DE 6W; CONEXOES MINIMAS:1 ENTRADA USB, 2 ENTRADAS HDMI,1 ENTRADA ETHERNET(LAN) 1 ENTRADA VIDEO COMPOSTO AV, 1 ENTRADA RF.	R\$ 1.091,55	R\$ 1.091,55

LOTE 6: BELICHE

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	----------------	-------	--------------------------	----------------	-------------

1	1368877	10 Unidades	<p>CAMA - TIPO: BELICHE; MATERIA-PRIMA: ACO CARBONO; GAVETA: SEM GAVETAS; DIMENSOES: 90CM(LARG.) X 190CM(COMP.) X 170CM(ALT.).</p> <p>Complementação da especificação:</p> <p>BELICHE COMPOSTO DE ESTRUTURAS DIANTEIRA E TRASEIRA C/ TUBO EM ACO CARBONO 2" ESPESSURA 1,20 MM, COM ACABAMENTO NA PARTE DE CIMA COM TAMPASNA BOCA DO TUBO. BORRACHA ANTIDERRAPANTE NOS PES.PROTECAO COM 05 TUBOSDE 5/8 NA CABECEIRA E NA TRASEIRA PARA PROTEGER O TRAVESSEIRO NA POSICAO VERTICAL COM 05CM DE DISTANCIA DE UM TUBO E OUTRO,INTERLIGADOS PORUM TUBO DE 1 1/4. 01 GRADE DE PROTECAO CONJUNTA COM A ESCADA DE SUBIRPARA A CAMA SUPERIOR, GRADE E ESCADAS ENCAIXADAS E PARAFISADAS DE ACORDO COM O LADO QUE A UNIDADE COPRADORA DEFINIR.CAPACIDADE APROXIMADA DE140KG. 02 ESTRADOS DE MADEIRA PINUS TRATADO, SENDO 04 TRAVESSAS NAS MEDIDAS: 04CM X 03CM X 90CM E 07 RIPAS MEDINDO: 90MM X 15MM X 1.900 MM.04 BARRAS DE PERFIL DOBRADO NA MEDIDA DE 1.900MM X 100MM ENRIJECIDAS NAESPESSURA DE 2,5MM (CHAPA 13) PARA RECEBER O ESTRADO DE MADEIRA; UM AHASTE DE FERRO LIGANDO UMA BARRA A OUTRA PARA GARANTIR A RESISTENCIA EA NAO ABERTURA DAS LATERAIS, SENDO ESTAS PARAFUSADAS COM 03 PARAFUSOSEM CADA CHAPA NA UNIAO DA CABECEIRA E TRASEIRA DO BELICHE, TOTAL DE 24PARAFUSOS EM CADA BELICHE, DE 3/4 X 5/16 COM ARRUELAS DE PRESSAO. FERRAGEM NA COR BEGE, PINTURA ELETROSTATICA A PO EPOXI, COM BANHO QUIMICOPARA TRATAMENTO DA FERRAGEM, DECAPAGEM, DESENGRAXE E FOSFOTIZACAO COMPLETA. MEDINDO DO PISO AO PRIMEIRO COLCHAO 30CM E DO PISO AO SEGUNDOCOLCHAO 130CM. BELICHE COMPATIVEL COM COLCHAO MEDINDO 85CM(LARG.) X 190CM(COMP.) X 15CM(ALT.).</p>	R\$ 1.044,2866	R\$ 10.442,86
LOTE 7: BEBEDOURO REFRIGERADO					

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1343319	6 Unidades	BEBEDOURO REFRIGERADO - TIPO: PRESSAO; CAPACIDADE REFRIGERACAO: CONFORME FABRICANTE; CAPACIDADE RESERVATORIO: 04 LITROS; GABINETE: ACO INOX; TORNEIRA: 02 TORNEIRAS (01 PARA COPO E 01 PARA JATO); VAZAO: 50 LITROS/HORA; TENSAO: 110 OU 220V; MOTOR 1/10 HP.	R\$ 1.297,20	R\$ 7.783,20
2	639311	1 Unidade	BEBEDOURO REFRIGERADO - TIPO: CONJUGADO COM PIA; CAPACIDADE REFRIGERACAO: CONFORME FABRICANTE; CAPACIDADE RESERVATORIO: SEM RESERVATORIO; GABINETE: ACO INOX; TORNEIRA: 3 TORNEIRAS; VAZAO: 100 L/H; TENSAO: 110V. Complementação da especificação: COM GABINETE PINTADO ELETROSTATICAMENTE COM TINTA EPOXI	R\$ 2.481,1833	R\$ 2.481,18

LOTE 8: COLCHÃO

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1966782	19 Unidades	COLCHAO - TIPO: ESPUMA; MODELO: SOLTEIRO; MATERIA-PRIMA: ESPUMA CERTIFICADA, FLEXIVEL E DE POLIURETANO; REVESTIMENTO: 100% POLIESTER COM TRATAMENTO ANTIACARO E FUNGO; PROTECAO: TRATAMENTO ANTIALERGICO E ANTIACARO; DENSIDADE: D33; CARGA SUPORTADA: ACIMA DE 100 KG; LARGURA: 88 CM; COMPRIMENTO: 188 CM; ALTURA: MINIMA 17 CM.	R\$ 436,17	R\$ 8.287,23

LOTE 9: COFRE

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1748653	1 Unidade	COFRE PARA ARMAMENTOS - MATERIA-PRIMA: ACO SAE 1008 E 1010; PORTAS: 02 PORTAS INTEIRICAS; PRATELEIRAS: MINIMO 03 PRATELEIRAS REGULAVEIS; COMPARTIMENTOS (1): GAVETA COM CHAVE; PORTINHOLA COM PRATELEIRA;	R\$ 4.444,8426	R\$ 4.444,84

		<p>COMPARTIMENTOS (2): COLDRES PARA ARMAS CURTAS E CARREGADORES; ACESSORIOS: DESUMIDIFICADOR DE AR; DIMENSOES: APROXIMADAS 150 X 90 X 50 CM (A X L X P).</p> <p>Complementação da especificação:</p> <p>PORTINHOLA COM PRATELEIRA INTERNA REMOVIVEL; COR BRANCA; SENHA PROGRAMAVEL DE PELO MENOS 04 DIGITOS PROGRAMAVEL PELO USUARIO, MAIS CHAVE TETRA DE ABERTURA INSTANTANEA EMERGENCIAL, SUPORTE PARA PELO MENOS 12 ARMAS LONGAS COM PELO MENOS 04 NIVEIS DE REGULAGEM, TRAVAMENTO HORIZONTAL, REVESTIMENTO INTERNO EM CARPETE, PILHAS LOCALIZADAS DO LADO EXTERNO.</p>		
--	--	---	--	--

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 2023.

1.3. Compra com lote(s) exclusivo(s) para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 2018.

2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição de materiais diversos, conforme elencado na tabela do subitem 1.1, de maneira a suprir as necessidades das Unidades atendidas no tocante ao apoio e bem-estar durante a execução das suas rotinas laborativas.

3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da Participação de Consórcio:

3.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

3.2. Da Subcontratação

3.2.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

3.3. Da Sustentabilidade

3.3.1. Devem ser observados os critérios e práticas de sustentabilidade descritos no artigo 4º do Decreto Estadual 48938, de 07/11/2024, que dispõe sobre os critérios e práticas para a promoção do

desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações realizadas pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo.

3.4. Da indicação de marcas ou modelos

3.4.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

3.5. Da vedação de utilização de marca ou modelo

3.5.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.6. Da exigência de carta de solidariedade

3.6.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.7. Da Garantia da Contratação

3.7.1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

3.8. Da garantia do produto, da manutenção e da assistência técnica

3.8.1. Será aplicada ao produto/bem e serviço a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC); bem como a garantia do fabricante.

3.8.2. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta dias) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

3.8.3. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.8.4. O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

3.8.5. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de vigência do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Do prazo de entrega

4.1.1. O prazo de entrega do objeto é de até 30 (trinta) dias úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho e Autorização de Fornecimento, ou documento equivalente, em remessa única, conforme art.6º, inciso X, da Lei Federal 14.133/2021.

4.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizar o prazo de entrega, o Contratado poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no

inciso V, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.2. Do Local e Horário de Entrega

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: sede do 6º BPM, rua Marechal Floriano, nº 2.441, Bairro de Lourdes, Governador Valadares/MG, CEP 35.030-330, Telefone (33) 3201-0131.

4.2.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária, que deverá estar utilizando EPI compatível com a atividade desempenhada.

4.3. Da Distribuição dos Materiais pela 8ª Região da Polícia Militar

4.3.1. Após o recebimento definitivo dos materiais, os mesmos serão distribuídos às Unidades da 8ª Região da Polícia Militar, conforme descrição abaixo:

Destino	Objeto	Quantidade
Aimorés 15ª Cia PM Ind	Ar-Condicionado 12.000 BTUS	01
	Longarina	05
Alpercata 6º BPM	Televisão 55 Polegadas	01
	Mesa de Escritório	02
	Cadeira de Escritório	04
Alvarenga 6º BPM	Ar-Condicionado 12.000 BTUS	02
Central de Minas 18ª Cia PM Ind	Ar-Condicionado 12.000 BTUS	01
Conselheiro Pena 15ª Cia PM Ind	Cadeira de Escritório	05
Cuparaque 15ª Cia PM Ind	Ar-Condicionado 12.000 BTUS	01
Divino das Laranjeiras 18ª Cia PM Ind	Beliche	03
Engenheiro Caldas 6º BPM	Televisão 65 polegadas	02
	Beliches	03
	Mesa de Cozinha c/ 06 Cadeiras	01 Conjunto
	Bebedouro	01
	Sanduicheira	01
	Liquidificador	01
	Colchão	11
Fernandes Tourinho 6º BPM	Armário de Cozinha	01
	Cadeiras de Escritório	03
	Mesa de Cozinha c/ 06 Cadeiras	01 Conjunto
	Bebedouro	01
Frei Inocência 6º BPM	Televisão 65 Polegadas	01
Galiléia 18ª Cia PM Ind	Televisão 55 Polegadas	01
	Longarina	02
	Ar-Condicionado 12.000 BTUS	01

Goiabeira 15ª Cia PM Ind	Ar-Condicionado 12.000 BTUS	01
	Bebedouro	01
Itabirinha de Mantena 18ª Cia PM Ind	Ar-Condicionado 12.000 BTUS	02
Itueta 15ª Cia PM Ind	Longarina	02
	Cadeira de Escritório	02
Mantena 18ª Cia PM Ind	Televisão 55 Polegadas	01
	Televisão 32 Polegadas	01
Mathias Lobato 6º BPM	Ar-Condicionado 12.000 BTUS	01
Mendes Pimentel 18ª Cia PM Ind	Beliche	01
	Longarina	01
	Cadeira de Escritório	04
	Bebedouro	01
	Colchão	02
Nova Belém 18ª Cia PM Ind	Longarina	01
Resplendor 15ª Cia PM Ind	Cadeira de Escritório	04
	Armário de Cozinha	01
Santa Rita do Itueto 15ª Cia PM Ind	Bebedouro	01
	Air Fryer	01
São Felix de Minas 18ª Cia PM Ind	Ar-Condicionado 12.000 BTUS	01
	Beliche	01
	Estação de Trabalho	01
	Colchão	02
Sobralia 6º BPM	Beliche	02
	Bebedouro	01
	Cofre	01
	Colchão	04
Tarumirim 6º BPM	Bebedouro	01
Tumiritinga 18ª Cia PM Ind	Ar-Condicionado 12.000 BTUS	01

5. CRITÉRIO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL E PAGAMENTO

5.1. Do Recebimento

5.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, pelos membros da CPARM e Fiscal do Contrato, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta.

5.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta comercial, devendo ser feita a sua substituição, às custas do Contratado, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da sua notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.1.3. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais, bem como o atendimento das exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 134.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal nº 8.078, de 1990.

5.2. Da Liquidação e Pagamento

5.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo do produto. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.1.1. O vencimento;

5.2.1.2. A data da emissão;

5.2.1.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.2.1.4. O período respectivo de execução do contrato;

5.2.1.5. O valor a pagar; e

5.2.1.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.3. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.2.4. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.2.5. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.2.6. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação da taxa SELIC.

5.2.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.2.8. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.2.9. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Regras Gerais

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail institucional) para esse fim.

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais; dos mecanismos de fiscalização; das estratégias para execução do objeto; do plano complementar de execução da contratada, quando houver; do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis; dentre outros.

6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº. 48.587, de 2023.

6.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

6.2. Da Fiscalização do Contrato

6.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a

conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

6.3. Da Gestão do Contrato

6.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do

art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão Eletrônico, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

7.2. Dos critérios da aceitabilidade da proposta

7.2.1. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua aceitação.

7.3. Da amostra

7.3.1. Não será exigida a apresentação de amostras nessa contratação.

7.4. Da Prova de Conceito

7.1.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

8 HABILITAÇÃO

8.1. Habilitação Jurídica:

8.1.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pela(s) assinatura(s) da(s) Proposta(s) Comercial(is).

8.1.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.

8.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores.

8.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

8.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da

consolidação respectiva.

8.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.4. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

8.2.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.6. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.

8.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

8.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

8.4 Da Qualificação técnico-operacional e técnico-profissional:

8.4.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Do Contratante

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
- 9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.
- 9.1.6. Comunicar o contrato para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 9.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
- 9.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
- 9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.1.11.A Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- 9.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 9.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 9.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.
- 9.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a

terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

9.1.16. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. Do Contratado

9.2.1. Responsabilizar-se pela substituição, sem ônus para o contratante, do bem, no prazo estabelecido no art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), ou de garantia do fabricante do produto.

9.2.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.

9.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados.

9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento.

9.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho,

conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

9.2.11. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

9.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerara o objeto do contrato.

9.2.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.2.21. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.2.22. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

9.2.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.24. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

9.2.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência** – quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.2.4. **Multa:**

10.2.5. Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

10.2.6. 30% (trinta por cento) sobre o valor do objeto, parcial ou total, após ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas; bem como em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou das normas da legislação pertinente.

10.3 As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5 A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.

10.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de

outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 130.296,18 (cento e trinta mil, duzentos e noventa e seis reais e dezoito centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante do subitem 1.1 deste Termo de referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento para o ano de 2026, conforme normas em vigor.

A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

1251.06.181.137.4366.0001.4.4.90.52.26.1.10.8

1251.06.181.137.4366.0001.4.4.90.52.14.1.10.8

1251.06.181.137.4366.0001.3.3.90.30.40.1.10.8

1251.06.181.137.4366.0001.4.4.90.52.12.1.10.8

1251.06.181.137.4366.0001.4.4.90.52.08.1.10.8

1251.06.181.137.4366.0001.4.4.90.52.25.1.10.8

12.2 A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Governador Valadares, (data da assinatura eletrônica).

Priscila Valentim Dias, 1º Ten PM
Chefe da Seção de Compras EM/8RPM